

ATA DA 056ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Eni Voltolini - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Paulo França - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente e srs. deputados, gostaria de dizer que quase diariamente temos recebido manifestações de catarinenses sobre a situação das rodovias neste estado, sobre a manutenção das rodovias estaduais, e está entre nós o deputado Valdir Cobalchini, que foi secretário da Infraestrutura.

Quero abordar de forma especial a situação da rodovia de Jaborá ao município de Concórdia, ligando a BR-153. Houve o início da obra, mas infelizmente a empresa teve o seu contrato

rescindido. A rodovia encontra-se numa situação praticamente de calamidade pública, porque é uma obra interrompida no curso da sua execução com intervenções que tornaram extremamente perigosas. Houve rebaixamento de acostamento em alguns lugares. A rodovia está totalmente sem sinalização.

Sabemos que há processo em andamento para a contratação de nova empresa, mas é preciso uma intervenção urgente e imediata pelo menos para uma ação paliativa a fim de torná-la trafegável, pois já aconteceram diversos acidentes naquele trecho de rodovia. A situação é extremamente preocupante e estamos apelando, inclusive, ao governo do estado para que faça ali uma ação emergencial para amenizar a situação.

Já faz um ano e meio desde a implementação da ordem de serviço da obra, que começou quando v.exa., deputado Valdir Cobalchini, era o secretário da Infraestrutura. Até houve em algum momento um ritmo de obra razoável, mas infelizmente, desde novembro do ano passado está paralisada. Isso é preocupante e trago esse apelo da comunidade regional, que praticamente todos os dias tem feito solicitação para que haja algum tipo de intervenção, pois o processo de rompimento de contrato está bastante demorado. É necessária uma ação emergencial.

O Sr. Deputado Valdir Cobalchini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Pois não!

O Sr. Deputado Valdir Cobalchini - Deputado, é totalmente procedente a sua manifestação. É uma obra financiada pelo BID e a rescisão para a contratação de uma nova empresa, em função de se tratar uma concorrência internacional, tem implicações diferentes de outras obras com a licitação pela Lei n. 8.666. Os recursos para a operação tapa-buraco já foram descentralizados à secretaria Regional de Concórdia e imagino que por esses dias deve acontecer. Acompanhamos com muito interesse a questão, mas infelizmente foi uma empresa portuguesa que participou da licitação. Ofereceu um preço muito aquém do orçado, por conta

disso, foi a vencedora do certame licitatório e frustrou toda a região.

Infelizmente, frustrou toda a região, os catarinenses, porque até começou razoavelmente bem, como v.exa. afirmou, mas depois no curso da obra mostrou-se que o preço por ela ofertado não era atraente, por conta disso, resolveu abandonar a obra, frustrando todos nós. Nós precisamos, inclusive, rever essa questão sobre empresas que vêm de Portugal oferecer acervo, porque Santa Catarina é um estado em desenvolvimento, precisa de obras e acaba atraindo empresas que vêm, às vezes, aventurar-se. Infelizmente, mostrou-se infrutífera a licitação, causando um prejuízo muito grande para a região. Eu espero, e vou procurar ajudar para que isso aconteça, que seja agilizada a nova licitação o quanto antes.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Muito obrigado, deputado.

É importante dizer que não basta ali apenas uma operação tapa-buraco, ela vai amenizar, mas tem que ser feita a sinalização, a intervenção emergencial em alguns acostamentos que foram rebaixados, estão sem sinalização e nesta época de inverno com neblina tornam-se extremamente perigosos. Então, nosso apelo é para que haja a contratação o quanto antes da empresa para retomar a obra, mas nesse meio tempo, que ocorra uma ação emergencial de sinalização, de tapa-buraco, de intervenção, para que se possa encontrar mecanismos para evitar situações como essas, que são extremamente lamentáveis.

Portanto, trago esse apelo, que é uma voz unânime em toda região. É uma situação extremamente desgastante que está acontecendo, oferecendo risco de vida às pessoas, porque não se trata apenas de uma estrada que está em condições ruim de tráfego, mas extremamente perigosa pelas intervenções que existiram e pararam pela metade, deixando a rodovia acima dos perigos que seriam normais para uma rodovia. Esse é o nosso apelo que deixamos registrado, aqui, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, quem mais nos acompanha nesta sessão nesta manhã de quinta-feira aqui presente ou pela Rádio Alesc Digital e TVAL.

Eu queria falar ainda e mais uma vez não para levantar nenhuma polêmica nesta tribuna, mas para fazer registros a respeito do debate entre bombeiros militares e voluntários, trazendo ponderações acerca de concepções existentes.

Nós tivemos um debate, aqui, no ano passado, e de nossa parte, da minha parte, como parlamentar, da parte do Comando do Corpo dos Bombeiros Militares, havia a concordância em se fazer uma legislação que estabelecesse as competências para cada uma das organizações: Bombeiros Voluntários e Bombeiros Militares. Quem apontou esta direção, quem indicou nesta direção, quem estava contribuindo nesta direção, era a procuradora do MP de SC, Valquíria Danielski. Ela, própria, estava elaborando e convidando as organizações, as entidades, as representações, para participar do debate com o objetivo de construir uma legislação que estabelecesse as relativas competências, a pré-disposição em ceder parte do poder de trabalho na questão de fiscalização para os Bombeiros Voluntários. Na verdade, na época, não houve o avanço desse trabalho e desperdiçou-se essa intenção, inclusive, da procuradora Valquíria, que é a subchefe do Ministério Público de Santa Catarina, porque a representação dos Bombeiros Voluntários, que aqui estava, saiu dessa mesa de negociação dizendo que não concordava em aceitar o Bombeiro Militar atuando em determinadas áreas do estado. Isso é um erro constitucional na nossa avaliação. Nós queremos discutir competência, dividir os trabalhos e trabalhar em harmonia. Isso é necessário. E na nossa avaliação aquele trabalho dirigido, puxado e construído, no ponto de vista jurídico constitucional, pela procuradora, tinha

esse horizonte. Mas, infelizmente, não conseguimos ir à frente.

E aí se continua o debate, outras medidas legislativas que foram aprovadas aqui, parte dela já considerada inconstitucional pela Justiça estadual, pelo Tribunal de Justiça do Estado; outra parte ainda, com Adin no Supremo Tribunal Federal, e a briga na base, o que é muito ruim para todos nós, para a sociedade, especialmente.

Mas queria entrar no assunto que pouco pincelei na tarde de ontem, que é a questão da mobilidade em geral, não somente urbana, mas em toda a sua complexidade.

Nós tivemos ontem a greve dos ônibus, dos trabalhadores do sistema do transporte coletivo aqui em Florianópolis, e isso fez aumentar o caos no trânsito. Como disse ontem, demorei 1h45 para vir de casa, da Serraria, até aqui, para percorrer 15km na manhã de ontem. Caminhando teria levado o mesmo tempo, pelo menos quando eu tinha 25 anos eu faria essa distância nesse tempo, melhor dizendo.

Primeiramente gostaria de fazer o registro, porque diferentemente do que alguns têm dito, esse movimento, essa greve é legítima, porque é em defesa do emprego dos cobradores. É preciso que as lideranças, os dirigentes do mundo político e do mundo empresarial percebam que não dá para acabar com uma categoria profissional, ou seja, extinguir a sua existência por decreto. É preciso um processo de construção de longa trajetória, pelo menos de uma geração, para se extinguir uma categoria profissional. Com certeza aqueles trabalhadores são necessários no sistema de transporte coletivo da Grande Florianópolis, muito mais do que eles, aliás, precisaríamos de muitos outros trabalhadores para termos um sistema de transporte coletivo mais racional mais humano e efetivo na Grande Florianópolis.

Então, o movimento é legítimo, é uma postura humana de alto caráter porque defende a existência do trabalho, do emprego e a não extinção por decreto de uma categoria profissional. Por maior que seja o progresso da tecnologia, precisamos

criar processos de transição humanizáveis, humanizados.

A proposta do vereador Afrânio Boppré de que esses trabalhadores permaneçam em seus postos contribuindo e ajudando as pessoas, inclusive com dificuldades motoras, a usarem o transporte coletivo, é uma saída que precisa ser averiguada.

Cada um tira a lição que precisa tirar. Alguns chegam à conclusão de que o transporte coletivo da Grande Florianópolis, apesar de meia boca e, olha lá se dá meia, não por responsabilidade dos trabalhadores é claro, mas pelo preço, pela demora, por não resolver o problema de mobilidade, por ser mais caro andar de ônibus do que carro particular. E já falei aqui diversas vezes que duas pessoas da mesma família que se deslocam para o mesmo trajeto todos os dias, é mais barato ir de carro ou de motocicleta, pois você compra a moto, paga combustível e a prestação da mesma com o dinheiro que gastaria andando de ônibus.

E, assim, temos esse trânsito, essa realidade caótica, esses engarrafamentos permanentes, as pessoas saindo para trabalhar ou irem à escola de carro, porque evidentemente é mais confortável, pois cada um pode escolher o horário que sairá e chegará, apesar de padecer nas filas. E é preciso pensar num sistema de transporte coletivo que seja efetivamente público, porque essa é uma concessão pública gerida por interesses privados, e o Consórcio Fênix, que ganhou a licitação do transporte coletivo na cidade de Florianópolis, na verdade, representa as mesmas figuras, a mesma história, a mesma composição, os mesmos ônibus, o mesmo preço. Alguns podem dizer: Ah, mas terá ar-condicionado! Mas já deveria ter. Na verdade não está se mudando nada.

É uma licitação para fazer de conta que agora é efetivamente público, que continua sendo privado. A caixa preta do transporte coletivo, apesar de tão prometida, continua fechada, intocada.

Precisamos pensar um sistema de transporte coletivo que seja efetivamente público, porque esse é uma concessão pública gerida por interesses privados. E o consórcio Fênix que ganhou a licitação do transporte coletivo da cidade de Florianópolis, na verdade são as mesmas figuras, mesma história, mesma composição, os mesmos ônibus, mesmo preço e dizem que terá ar condicionado, mas já deveria ter, mas na verdade não está se mudando nada. É uma licitação para fazer de conta que agora é efetivamente público, que continua sendo privado. A caixa-preta do transporte coletivo da Grande Florianópolis apesar de tão prometida por vários prefeitos que já passaram, continua fechada, intocada.

Precisa-se pensar o sistema de transporte público efetivamente público e é preciso que os poderes públicos da Grande Florianópolis, da região metropolitana da Grande Florianópolis pensem, sim, na necessidade da criação da construção de uma empresa pública de transporte coletivo, inclusive para fazer contraponto às estatísticas e argumentos do empresariado do transporte. E isso seria racional de todos os pontos de vista, inclusive para o comércio local. Em relação à economia seria razoável podermos construir um sistema de transporte coletivo gratuito para todas as pessoas que quisessem se deslocar. O comércio ganharia esse recurso que voltaria para economia na forma de pagamento de impostos, evidentemente.

Assim, teríamos uma cidade com a metade de automóveis circulando, portanto, sem engarrafamento e com menos poluição, do ponto de vista econômico. E para a sociedade no seu conjunto, quero repetir, seria racional termos empresas públicas de transporte e termos um transporte, não apenas muito mais barato do que é, porque é caro, mas gratuito. Temos que pensar no transporte coletivo assim como se pensa na saúde, na educação, aliás, precisamos melhorar o sistema público, que está sempre com dificuldade, precisamos ter esse mesmo raciocínio, que é o direito de ir e vir. Que o direito de se locomover

na cidade possa ser um direito de todas as pessoas e de todas as camadas sociais. E do ponto de vista ambiental, cultural e econômico teríamos, com certeza, uma cidade muito mais bonita, respeitável, conhecida dentro e fora do país, como uma cidade avançada. O sistema de hoje precisa ser superado por um sistema efetivamente público de transporte.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Na ausência de representantes do PMDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PT.

Inscrita a deputada Ana Paula Lima, a quem concedemos a palavra por até 11 minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Bom-dia, sr. presidente, srs. deputados, quem nos acompanha pela TVAL, Rádio Alesc digital ou quem nos dá o prazer de acompanhar pessoalmente esta sessão ordinária da Assembleia Legislativa neste momento.

O que me traz à tribuna no horário do nosso partido, sr. presidente, é dizer que na cidade Blumenau os servidores públicos municipais estão em greve há mais ou menos uma semana. Todos nós sabemos e sou servidora pública municipal da área da saúde, sou enfermeira, que uma greve é traumática para os trabalhadores e para as pessoas que necessitam dos serviços, principalmente os públicos. E verificamos, ontem, aqui em Florianópolis o transtorno que foi com a greve dos ônibus.

Mas sou oriunda de um movimento sindical, lutamos muito para que trabalhadoras e trabalhadores tivessem o direito à greve, a manifestações, a reivindicações. E quero dizer aos senhores e senhoras que é muito mais penoso fazer greve do que trabalhar. É muito mais traumática essa situação de quem faz a greve e para quem necessita dos trabalhos. Ninguém faz greve porque

gosta! A greve é a última alternativa na busca de maior valorização dos serviços prestados. É lamentável isso, mas lutamos muito, porque se não tivessem esse direito das manifestações, os nossos trabalhadores e trabalhadoras iriam trabalhar em regime de escravidão. Foi com a organização deles que garantimos alguns direitos e entre eles o direito de negociação salarial por melhores condições de trabalho.

E os governantes, não importa quais sejam, precisam ouvir, dialogar e negociar. E o que me causou estranheza é que em Blumenau criminalizou-se o movimento, judicializou-se o movimento enquanto a nossa população sofre com a ausência dos serviços públicos essenciais. Seria muito mais fácil o choque de gestão ouvir primeiro os servidores da cidade de Blumenau, negociar com eles, fazer uma mesa de negociação permanente e ouvi-los.

Ontem a Justiça, diante de uma greve legítima, estipulou uma multa de R\$ 100 mil e ameaçou prender os dirigentes sindicais. Não podemos judicializar, criminalizar os movimentos sindicais que estão lutando por melhorias! Blumenau é uma cidade tranquila, ordeira e os servidores são de excelência no tratamento e no atendimento a nossa população. É um absurdo, srs. deputados, enquanto movimento de mascarados faz atos violentos, tocando fogo em carros, em ônibus, depredando espaços públicos e particulares, os policiais e o Poder Judiciário são lenientes, mas os servidores fazem greve pedindo a abertura de um canal de negociação, uma greve ordeira, pacífica e a força da lei é aplicada.

O Sr. Deputado Sargento Amauri soares - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Apenas para lembrar outro pronunciamento de v.exa. há algumas semanas aqui desta tribuna, um estuprador confesso foi mandado embora, enquanto um sindicalista, que tem legitimidade de uma categoria para representar e não amarelar na hora da representação, é mandado para a cadeia. Isso é

racionalidade? Essa é a isenção do Poder Judiciário no estado? É essa é a pergunta que deixo.

Muito obrigado!

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - É esse o absurdo que acontece na minha cidade. Um estupro de mulheres é banalizado, não se aplica a força da lei. Agora, quando os servidores públicos da cidade de Blumenau pedem a abertura de um canal de negociação, a força da lei é aplicada. É lamentável e peço ao prefeito, à equipe da prefeitura que, nesse choque de gestão no referido município, ouça primeiro os servidores públicos municipais, que abram o canal de negociação, isso nunca foi visto lá, nunca foi criminalizado o movimento, nunca foi judicializado, isso ocorre pela primeira vez.

A população quer de volta a normalidade. Os servidores querem a abertura da negociação para negociar suas perdas salariais, suas reivindicações, suas melhores condições de trabalho.

Peço ao prefeito Napoleão que ouça então essa comissão e que a lei seja aplicada para aqueles que estão trazendo problemas a nossa cidade, aquelas coisas ruins que não queremos lá. Pedimos que os policiais possam atender aos bandidos que fazem depredação na nossa cidade, não aos servidores, que de uma forma muito pacífica, estão pedindo um canal de negociação.

A outra parte, sr. presidente e srs. deputados, da minha manifestação é para abordar inclusive outro problema no estado de Santa Catarina e na cidade de Blumenau vivenciada por toda a população catarinense na área de segurança pública. Aí, sim, a lei tem que ser justa. Problemas que tenho destacado inclusive na comissão de Segurança Pública desta casa que são graves e que merecem atenção, inclusive do Poder Judiciário e do governo do estado. Como é o caso de exemplos que vou citar aqui nas cidades de Blumenau, Itajaí, Navegantes para as quais solicitamos a ida da comissão de Segurança Pública no sentido de ouvir a nossa comunidade e

apresentar soluções para os problemas vivenciados diariamente pela nossa população.

Em relação a Navegantes a secretária de Segurança Pública enviou uma força-tarefa de 47 policiais para fazer o enfrentamento à criminalidade. Sabemos que será uma ação simplesmente pontual, pois são apenas 47 policiais em uma ação emergencial, que não será permanente na cidade e que por isso os problemas centrais não serão resolvidos com o baixo efetivo dos policiais militares e civis daquela região naqueles municípios da foz do Itajaí.

Em relação a Blumenau e acredito que o Poder Judiciário poderia ser mais atuante e quero abordar a situação preocupante em que vivem a nossa população.

Uma matéria veiculada, senhoras e senhores, na semana passada, pela *Ric Record*, mostrou o aumento da criminalidade na cidade e a ausência do estado no enfrentamento aos problemas relacionados à segurança.

A reportagem mostra que em Blumenau tem um policial para cada 1240 habitantes. Menos policiais do que na década de 90, quando a população era menor. Hoje a nossa população é muito maior e o número de policiais são menores, pois diminuiu o efetivo consideravelmente.

Peço, então, que a assessoria mostre esse vídeo para que os senhores e as senhoras possam ter conhecimento dessa situação.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Senhores deputados e população que está nos acompanhando, esta é a situação da cidade de Blumenau, na região do médio vale do Itajaí, no que se refere à segurança.

Por isso, penso que o Poder Judiciário e o Poder Executivo, juntamente com este Casa tinham que investir nessa tranquilidade da nossa população, do nosso comércio, das pessoas que moram na cidade. Éramos para ter um policial para cada 250 habitantes, mas na cidade de Blumenau temos um policial para cada 1240 habitantes, um número, portanto, muito mais abaixo do que o necessário, mais abaixo do que na década de 90.

Essa é uma reclamação constante, não apenas de Blumenau, mas de todo o estado de Santa Catarina. É apenas um exemplo, um grande tema que sobre o qual temos que nos debruçar, estudar e cobrar ações do Executivo.

Muito obrigada, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, o próximo horário pertence ao PSDB.

Com a palavra, em nome do partido, o deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Obrigado, presidente, Padre Pedro Baldissera! Colegas deputados, colegas deputadas e também a todos que acompanham esta sessão, pela TVAL, Rádio Alesc Digital ou pessoalmente nesta Casa.

Eu assumo o horário do meu partido para fazer, de forma muito constrangedora, um desabafo e ao mesmo tempo, demonstrar a minha indignação com o tratamento que a nossa secretaria de Infraestrutura e o Deinfra estão dando à Rodovia 416, principalmente do trecho entre Pomerode e Jaraguá do Sul.

Ao longo de muitos anos esta rodovia vem, além de atender o tráfego local entre Pomerode e Jaraguá do Sul, recebendo também um tráfego pesado por conta daqueles que desviam da BR-101, especialmente os veículos pesados que se deslocam para o alto vale do Itajaí, aumentando a carga de veículos naquela rodovia.

Passaram 24 anos que aquela rodovia foi entregue oficialmente e nunca mais recebeu nenhuma melhoria. E agora ela chega ao caos, porque acostamento já não existe mais, a parte de pista rolante está esburacada, sem sinalização alguma. Estamos tentando tratar deste assunto há muito tempo junto à secretaria, em que pese o sempre bom atendimento do ex-secretário, deputado Valdir Cobalchini; do Deinfra, com um esforço especial do Paulo França, hoje deputado, à época, secretário de estado da secretaria Regional que tentou também

auxiliar para que houvesse a reforma daquela rodovia. Nada aconteceu na prática.

O mais difícil é explicar que foi dividido um trecho de apenas 22km em duas partes, o chamado Alto da Serra, até o perímetro urbano de Jaraguá do Sul, com extensão de 15km. Foi feita uma licitação, entregue a ordem de serviço e a empresa vencedora iniciou as obras, mas de forma muito lenta.

No trecho mais crítico do Alto da Serra até o perímetro urbano de Pomerode, nada aconteceu. Um projeto foi elaborado e poderia ser um exemplo de melhoria, especialmente reservando uma área para pedestres, calçadas, ciclovias e também toda a pista rolante. Quero mais uma vez dizer que o secretário Paulo França fez a sua parte, mas, infelizmente, tendo em vista a burocracia do Deinfra, nada aconteceu até o dia de hoje.

Várias paralisações foram feitas, inclusive no último sábado os moradores locais, que não entendem mais a situação e estão procurando o seu próprio caminho, paralisaram a rodovia para que as autoridades possam se manifestar.

Ainda ontem e durante toda esta semana tentamos buscar informações junto ao Deinfra, nada de concreto se consegue. Não sabem onde está o projeto, em que fase está nem quando vai acontecer a licitação. É uma enrolação!

Infelizmente, como deputado da base do governo, tenho que vir aqui fazer um desabafo nesta Assembleia Legislativa, porque nada está sendo feito. E pior, semanalmente acontecem acidentes, é uma serra perigosa no trecho, principalmente na descida, para quem vem de Jaraguá a Pomerode. Uma curva chamada Três Marias vários acidentes acontecem semanalmente, inclusive fatais, pois várias pessoas já faleceram naquele trecho. Nem *guard rail* conseguimos nem sinalização para avisar que ali é uma curva perigosa. Eu não sei o que está acontecendo! Se é má-vontade política ou se é realmente uma má gestão do Deinfra. Mas é lamentável que tenhamos que vir à tribuna para fazer esse desabafo e construir compromisso de que se nada de concreto acontecer

nos próximos dias, vamos nos juntar ao processo de mobilização da comunidade para fechar a rodovia, a exemplo do que o deputado Manoel Mota utiliza muito quando não consegue atenção. Infelizmente! Já tenho o apoio do deputado Sargento Amauri Soares.

O ex-secretário Valdir Cobalchini, volto a dizer, também tentou interferir junto ao Deinfra para buscar informações, que são muito vagas, não existe nada de concreto. E fica uma comunidade a esperar uma solução.

É a mesma coisa com o que aconteceu com o trecho de Pomerode a Timbó, em que a empresa iniciou o recapeamento e foi embora, desmontou o seu parque de alojamento e não sinalizou, deixou a obra paralisada, sem uma resposta, e não se consegue saber o que aconteceu. Por que a empreiteira foi embora e não terminou o serviço?

É lamentável ter que se fazer esse desabafo, mas chegamos no limite da tolerância, no limite do que poderíamos esperar como deputado e como morador daquela cidade.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Vou me somar ao sr. deputado Gilmar Knaesel nesses descasos que estão acontecendo na nossa região. Há um pacto da infraestrutura das estradas não está acontecendo. Entre Navegantes e o trecho de Ilhota a Luis Alves, da BR-470, está lastimável. Também o trecho entre Gaspar e Luis Alves é outro problema. A SC-108, que liga Blumenau a Massaranduba, é outro problema.

Então, é diante desses acontecimentos, ou melhor, dos não acontecimentos, é que nós, como deputados estaduais, temos que cobrar ações deste governo. E graças a Deus que v.exa. veio para este lado, para que o governo enxergue que nem tudo está às mil maravilhas e que as nossas comunidades têm cobrado sistematicamente de nós. E quando v.exa. fechar a SC-416 vamos estar presentes, assim também como em outras rodovias que a comunidade tem diuturnamente cobrado ações do

governo do estado. Mas precisamos que os representantes do Deinfra e da secretaria de Infraestrutura possam sair dos seus gabinete e ver como estão as rodovias, principalmente no médio vale do Itajaí onde é lamentável a situação.

Muito obrigada, deputado!

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Agradeço o aparte, deputada Ana Paula Lima, e com certeza vamos esperar mais uma semana para que o Deinfra se pronuncie, para depois efetivamente começarmos ações mais práticas no sentido de chamar atenção para o que realmente está acontecendo nesses trechos citados.

Deputada Ana Paula Lima, estava ouvindo o seu pronunciamento há pouco sobre a questão da greve em Blumenau, e não tenho nenhuma procuração do prefeito Napoleão para fazer a sua defesa, mas tenho certeza de que o prefeito Napoleão, como democrático que é, um pessoa que tem espírito público, vai abrir o canal de negociação, tenho certeza disso. E tenho a informação, sobre a questão da reposição do período inflacionário que o prefeito deu um reajuste de 5,90%, que é a inflação do período que ele está administrando a cidade, e que as perdas salariais que estão sendo pedidas, solicitadas pelo movimento grevista, são de períodos anteriores, e que ele, é claro, não tem como dizer que não é continuidade, pois processo político é assim, a pessoa ganha a eleição, mas herda compromissos de períodos passados. Tenho certeza que, dentro das possibilidades, o prefeito Napoleão vai abrir canal de comunicação vai dialogar com os professores, porque isso faz parte do PSDB, ser um partido que gosta de dialogar em todos os momentos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Eni Voltolini, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Bom-dia, sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, pretendia e vou falar a respeito do 8º Congresso Estadual de Engenheiros Agrônomos.

Mas o deputado Gilmar Knaesel e a deputada Ana Paula Lima fizeram uma abordagem que parece adequada. Não é errado deputados que se consideram da base parlamentar do governo vir à tribuna para falar de problemas, estamos errados quando achamos que a nossa única obrigação é proteger pessoas de nossos partidos ou de nossas alianças, porque a nossa responsabilidade de Poder Legislativo é exatamente a fiscalização do Poder Executivo. E às vezes até por pudor, por ética ou por qualquer outro sentimento, nos protegemos, não falamos, não comentamos os problemas. E aí eu acho que se perde a credibilidade, porque nenhum governo é perfeito e nos cabe, como representantes, não do Poder Executivo, mas das comunidades que nos deram os votos para representá-las nesta Casa, que se diga, que se fale sobre as questões que estão preocupando a nossa sociedade.

Às questões sobre infraestrutura, de mobilidade, nós já falamos sobre acidentes de trânsito, e falamos que uma das causas dos acidentes de trânsito é também a qualidade das vias públicas. E ora, se isso é verdade, não há nenhuma dificuldade, a bancada progressista está nesta Casa para dizer sim, que se preocupa com essas questões, que vai cobrar a atenção do governo federal, do governo estadual e do governo municipal para cuidar também da qualidade das nossas vias públicas, e isto não significa nenhum desrespeito ou desalinhamento, mas comprometimento, responsabilidade com os eleitores e com Santa Catarina.

Nós temos sim falhas e desatenção com relação às vias públicas. Há necessidade de vigilância, de fiscalização mais constante. Eu passava há dias num acesso pavimentado da Serra Dona Francisca, que liga Joinville ao planalto norte, e lá constatei um fato positivo, que este governo resolveu finalmente corrigir o problema de iluminação pública, que ao longo dos últimos

governos fez com quase todas as lâmpadas estivessem queimadas. Aquilo que foi feito para garantir a segurança pública na Serra Dona Francisca, na época do Espiridião Amin, e que tive a felicidade de junto com ele discutir e decidir isso, ficou abandonado pelo governo estadual e agora temos isso novamente.

Mas começam a aparecer alguns buracos naquela via que colocam em risco o tráfego das pessoas. E o que temos que fazer? Omitir isso e dizer que está tudo bem? Não. Pois se eu tenho a condição de chegar e dizer que a iluminação pública agora está melhor, que agora temos segurança pública naquela via, também tenho que vir à tribuna falar dos problemas que ainda persistem, sem nenhum tipo de preocupação. E eu espero que as autoridades responsáveis se preocupem com isso. O deputado Gilmar Knaesel e a deputada Ana Paula Lima falaram de outros problemas, e nós precisamos oferecer esses mecanismos de vigilância, de fiscalização para o bem da nossa comunidade, para o bem da nossa população.

Por fim, quero falar do 8º Congresso Estadual de Engenheiros Agrônomos, no qual o deputado José Milton Scheffer, deputado Valmir Comin, nós que este deputado estivemos em nome da bancada progressista; e o deputado Joares Ponticelli, esteve em nome de todos os 40 deputados estaduais desta Casa, prestigiando esse congresso que abriu ontem e que se prolonga ao longo desses próximos dois dias.

Eu não estou fazendo apologia da minha profissão, vou falar apenas que a minha profissão de Engenheiro Agrônomo faz parte de um cenário interessante em Santa Catarina, que já foi destacado por várias vezes e por vários parlamentares, para falar do desempenho da nossa agropecuária, dos Médicos Veterinários, dos Engenheiros Agrônomos, que fizeram com que esse pequeno espaço territorial, de 1,13% apenas, de todo o território deste país, se transformasse numa potência nessa área. E isso se deve a um conjunto de coisas como às políticas públicas, à

presença de profissionais de excelência, à presença dos nossos agricultores.

E isso tudo está sendo discutido nesse Congresso Estadual de Engenheiros Agrônomos. Ontem, deputado José Milton Scheffer, não tive a oportunidade de me pronunciar na tribuna, mas me senti representado por excelência que abordou temas importantes como a necessidade de darmos continuidade ao processo de melhoria da assistência técnica, qualificação aos nossos agricultores, investimentos maiores em orçamento público para qualificação de profissionais e para melhoria da pesquisa, porque quando falamos que nosso país consegue ter equilíbrio na sua balança comercial por conta dos agronegócios não temos que nos lembrar disso apenas para falar de estatística, mas temos que saber que por trás há pessoas, que são os produtores, os profissionais e, por causa disso, vivemos bem. Quero, neste momento, trazer o nosso respeito à categoria do profissional Engenheiro Agrônomo e saudar o evento que está acontecendo na Fiesc.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Pois não!

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Caro, presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, quero cumprimentar o colega deputado Eni Voltolini, pelo seu pronunciamento que enriquece mais uma vez muito a pauta desta Casa, falando sobre o 8º Congresso de Engenheiros Agrônomos e da importância da Agronomia para a potência que é Santa Catarina.

Somos um estado com apenas 1% do território e somos líder em produção nacional em diversos produtos. Em Santa Catarina a agricultura lidera a pauta de exportação e por isso a importância desse 8º Congresso de Engenheiros Agrônomos que traz a Segurança Alimentar com Sustentabilidade como tema.

Por isso, quero cumprimentá-lo, deputado Eni Voltolini, pelo seu depoimento e pela sua participação ontem no congresso prestigiando e enriquecendo muito aquele evento.

Parabéns a v.exa. pelo depoimento e sucesso ao 8º Congresso de Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina!

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Acolho o seu aparte que enriqueceu muito o meu pronunciamento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados e público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, vou falar, primeiramente, a respeito da greve de ônibus em Florianópolis. Fala-se que é justa, que é um direito do trabalhador, e reconheço isso, mas o trabalhador que mora distante do trabalho também tem direito ao transporte - e, inclusive, para isso recebe o vale transporte - da sua casa ao seu local de trabalho. Ele é pego de surpresa porque algumas categorias de trabalhadores têm o poder de interferir na vida de todo cidadão. E os trabalhadores do transporte coletivo - porque essa situação não está sendo para o bem, e sim para o mal, pois está prejudicando toda uma população -, não têm o direito de intervir na vida das pessoas.

Eu não participei das negociações, mas acompanhei pela imprensa e posso dizer que as empresas, mesmo com essa modernização, comprometeram-se a não demitir os cobradores. Eu entendo que o diálogo é importante e que se tem que buscar junto com a administração municipal e a Justiça do Trabalho uma solução. Mas hoje a população das grandes cidades é refém do transporte coletivo. Então, o sindicato decide o dia em que terá transporte e o dia em que não terá transporte, e a população fica refém desse grupo.

Eu pude ver isso em alguns portos do país, quando o Porto de Itajaí começou a perder a disputa para o Porto de Navegantes. Porque o Porto de Navegantes, pela iniciativa privada,

modernizou-se, cresceu e estava transportando "n" vezes mais do que o Porto de Itajaí, que estava nas mãos de 80 pessoas que diziam como e quando as coisas iriam acontecer.

Então, não podemos deixar que os cidadãos brasileiros fiquem nas mãos de algumas pessoas. A lei tem que mudar essa situação.

É muito importante que haja evolução! Implantou-se o cartão e não se precisa mais do cobrador. É isso. As Casas Pernambucanas faliram porque vendiam tecido em rolo, em metro, sendo que todos queriam comprar calças e camisas já prontas.

Então, essa evolução da sociedade existe e temos que proteger o emprego e o cidadão.

Pelas declarações do representante do Sindicato dos Trabalhadores em Transporte, não haveria demissões. Mas o sindicato não pode se reunir e dizer: "Amanhã não vai ter transporte, tal dia não vai ter transporte". E onde está o direito do cidadão que trabalha, do cidadão que tem o seu filho que estuda, do cidadão que precisa ir consultar um médico?

Então, infelizmente, a população ficou nas mãos de poucos. Acho que isso tem que ser reestudado. Temos que proteger o direito ao emprego e temos que estudar outras formas.

É a mesma questão da fumicultura, que temos falado aqui. Tem-se que dar outra opção ao produtor de fumo, porque essa é uma produção rentável, mas ela prejudica muito a saúde. Mas também não se pode cortar definitivamente essa atividade. Então, tem-se que ter cuidado nisso e oferecer alternativas.

Mas vejo que na questão do transporte coletivo temos que encontrar formas de proteger o cidadão que quer e precisa usar o transporte coletivo. A população não pode ficar nas mãos de poucos que têm a forma de impedir o direito de ir e vir dos outros para poder fazer as suas reivindicações.

Outro assunto que eu quero abordar no dia de hoje é a respeito do simulador de direção que está para ser exigido do Centro de Formação de Condutores das conhecidas autoescolas.

Na verdade, ouvi a notícia de que aqui na capital uma autoescola implantou o simulador de direção que, para mim, é mais um videogame. Serve para a pessoa ter uma noção, mas não a ensina a dirigir, não mostra a realidade do volante. A pessoa pode ter uma noção, mas não tem a realidade do volante.

Se a autoescola quer oferecer esse serviço, eu acho importante. De repente, o aluno pode querer fazer algumas aulas com o simulador, em que pese ele poder baixar um simulador até no seu computador. Mas, se ele quiser ir numa autoescola que tem simulador, acho que é um atrativo a mais e é uma forma de aquela autoescola oferecer esse serviço a mais. Agora, obrigar que todas as autoescolas tenham o simulador que custa em torno de R\$ 40 mil, acho um absurdo! As empresas que estão vendendo, e que são poucas, têm esse monopólio nas mãos no Brasil, fizeram um *lobby* em cima do Denatran e conseguiram uma resolução que obriga as autoescolas a adquirirem o simulador. Elas, além de fazer esse *lobby*, mantêm um sistema que cobra R\$ 40 mil pelo equipamento, mais em torno de R\$ 2 mil pela manutenção mensal do *software*. E teremos uma reunião na próxima semana com representantes das autoescolas da capital, e ontem conversamos com a deputada Luciane Carminatti, pois é um absurdo a exigência desse simulador. Isso vem contra o cidadão que vai fazer a sua carteira de motorista.

Pela resolução do Denatran, vão-se exigir cinco aulas de simulador. Isso vai encarecer muito para as pessoas tirarem a carteira de habilitação. Quem é que paga? O cidadão! Como é que esse *lobby* é feito em cima das autoescolas, tentando convencê-las a implantar? É feito assim: "Não, vocês não vão ter prejuízo, porque vão cobrar do aluno". E ainda assim vão cobrar mais do que ele tem que pagar. Quer dizer, a autoescola vai repassar esse sistema que querem implantar, e não é caça-níqueis, é caça-milhões, e tentam convencer de que ela não vai ter prejuízo.

O sr. Adelmo Mallmann, uma das lideranças das autoescolas, e o Chico, do CFC de Chapecó,

ligaram-me e posso dizer que as autoescolas estão-se reunindo. É inadmissível que hoje se venha a fazer a exigência desse simulador!

Na próxima semana teremos uma reunião com todas as autoescolas do estado e, assim como a presidente Dilma Rousseff já prorrogou a exigência do simulador, deputada Ana Paula Lima, que era para entrar em vigor em janeiro e já ficou para 1º de julho, temos a esperança, sim, já que há um movimento no Congresso Nacional, de que a presidente Dilma Rousseff sensibilize-se. Se a autoescola quiser ter o simulador como opção de ensino, que tenha, mas isso não vai diminuir em nada os acidentes de trânsito no Brasil, porque o aluno se empenha, estuda e tira a carteira. E a maioria dos acidentes ocorre por imprudência e negligência, porque depois que a pessoa está com a carteira em mãos ela não tem o cuidado necessário. Muitas vezes passa a achar que já virou um superpiloto e não toma os cuidados necessários.

Então vejo que o simulador em nada vai crescer ou reduzir os acidentes para a melhora do nosso trânsito.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Obrigada deputado Maurício, realmente isso é um absurdo, faz-me lembrar daqueles quites de primeiros socorros que exigiam que fosse colocado em todos os carros que transitavam pelo país. Não deu em nada, um absurdo. Somente os proprietários é que tiveram gastos excessivos, mas agora não há mais a necessidade, não há mais a obrigatoriedade.

Da mesma forma o simulador. É um absurdo essa questão. Acredito que o Congresso Nacional, os nossos deputados possam inviabilizar essa questão sendo contrários ao simulador, assim como o deputado Decio Lima já se posicionou sobre isso e também o deputado Marcelo Almeida, do Paraná, que muito debate esse assunto, porque é muito entendido nessa área.

Eu acho que esta casa, alguns deputados, acredito, também são contra o simulador. O Brasil

não tem essa necessidade. Isso não irá diminuir os acidentes de trânsito que tem no Brasil, isso não vai convencer os nossos motoristas a dirigir com menos velocidade, porque é essa questão, e com mais prudência no trânsito.

Então, parabéns pela sua manifestação. Tenho certeza de que os 40 deputados desta Casa serão contrários ao simulador, porque isso apenas vai aumentar despesas às autoescolas e também para quem vai ter que fazer a sua carteira de motorista.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESCUDLARCK - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima, muito importante a participação de v.exa., do deputado Décio Lima e dos deputados federais. Aproxima-se o prazo que foi prorrogado de 1º de janeiro para 1º de julho e é muito importante que a presidente Dilma sensibilize-se e que o Congresso Nacional não tome essa decisão para evitar mais essa situação. Se as autoescolas quiserem ter um simulador é um acessório a mais. Hoje já se consegue baixar pela *internet* um simulador de direção. Logo, logo as pessoas vão poder utilizar-se desse artifício. É quase como um videogame. Então, se alguém quiser ter pode ter. Agora, exigir das autoescolas a aquisição desse equipamento, fazer com que o aluno pague para passar pelo simulador é um desrespeito, um crime contra a economia popular. Então, que sejam aplicadas mais aulas práticas de direção, de prevenção, para contribuir com a educação no trânsito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Findo horário destinado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei Complementar n: 0021/2013 e aos Projetos de Lei n.s: 0024/2008, 0034/2011, 0093/2014, 0098/2014, 0205/2012, 0265/2013, 0278/2013, 0376/2013, 0475/2013, 0485/2013, 0576/2011.

A comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0109/2014 e 0228/2013.

Srs. deputados, neste momento, passo à condução dos trabalhos, da Ordem do Dia de hoje ao nosso presidente, deputado Joares Ponticelli, com as votações das redações finais de alguns projetos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Sra. deputada Ana Paula Lima, sr. deputado Paulo França, deputado Valmir Comin, deputado Silvio Dreveck, o deputado Padre Pedro Baldissera determinou que este deputado assumisse a Presidência e o farei porque não quero brigar com ninguém, muito menos com um padre.

Votação da redação final ao Projeto de Lei n. 0009/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

E por falar em Nova Trento, deputado Padre Pedro Baldissera e deputada Ana Paula Lima, no dia 09 de junho será realizada no município de Nova Trento a sessão solene, aquela sessão que cada deputado tem direito a uma por ano, e a sessão que este deputado escolheu para este ano de 2014 fará menção aos 12 anos de canonização de Santa Paulina, às irmãzinhas que fazem um belíssimo trabalho e à transformação que houve em Nova Trento, porque o turismo religioso é, deputada Ana Paula Lima, o segmento que mais vai crescer neste século, todos os estudos apontam para isso. E eu quero convidar a deputada Ana Paula Lima, que é da região, aliás, é de várias regiões, até no extremo sul tem andado bastante ajudando os deputados Manoel Mota, José Milton Scheffer e outros.

A referida sessão ocorrerá numa segunda-feira, o que possibilita a participação de todos, deputado Valmir Comin, deputado Paulo França e deputado Silvio Dreveck, mas naturalmente, que a presença mais importante para todos nós será a do

deputado Padre Pedro Baldissera, com quem gostaríamos muito de contar.

Gostaria de dizer, também, deputado Silvio Dreveck, que já determinamos a subscrição de v.exa., que participou da construção do requerimento.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Nós procuramos, assim como v.exa., atender todos os municípios do estado de Santa Catarina.

Essa é a nossa função por toda Santa Catarina, deputado Joares Ponticelli, v.exa. que agora é integrante da defesa do nosso estado. Certamente vamos estar lá, realmente será uma belíssima sessão, uma justa homenagem àquele município e também às irmãzinhas que fazem um trabalho maravilhoso, destacando inclusive o turismo religioso.

O deputado Padre Pedro Baldissera - e é por isso que peço a palavra - está de aniversário hoje. Gostaria de parabenizá-lo e desejar que Deus lhe abençoe nessa sua trajetória, com muitos anos de vida. Que v.exa. faça um brinde à vida, deputado Padre Pedro, e que possamos comemorar lá em Nova Trento, com um bom vinho, pois sabemos que v.exa. é um apreciador.

Inclusive, teve um evento ontem aqui, dando destaque a todas as nossas vinícolas do estado de Santa Catarina, que muito têm nos honrado com a fabricação de bons vinhos no nosso estado.

Parabéns, deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputada Ana Paula Lima, muito obrigado pela lembrança.

É um dia importante para o deputado Padre Pedro Baldissera, o dia do seu nascimento, e eu quero aproveitar para justificar, deputado Padre Pedro Baldissera, a minha ausência ontem no evento, que v.exa. conduziu muito bem. Mas eu estava, naquele exato momento, representando a

Casa, juntamente com os deputados Eni Voltolini e José Milton Scheffer, na abertura do 8º Congresso dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina, motivo pelo qual não pude participar do evento de ontem nesta Casa.

Quando saí vi o grande número de pessoas chegando. V.Exa. consolidou esse evento que é uma iniciativa sua. Parabéns!

Aliás, ontem, lá no Congresso dos Engenheiros, foi falado sobre o crescimento da vitivinicultura no estado de Santa Catarina.

Parabéns a v.exa. duplamente, pelo aniversário, que Deus lhe proteja, e que lhe dê longos anos de vida para continuar fazendo o bem para a gente catarinense.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0025/2014, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0046/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0062/2014, de autoria do deputado José Milton Scheffer.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Deputado Eni Voltolini, v.exa. certamente vai participar do encontro novamente. Deputado José Milton Scheffer, é importante avisar que hoje ainda esta Presidência vai assinar o autógrafo dessa alteração e encaminhar a S.Exa., o governador Nelson Schaefer Martins, para quem sabe, sancionar ainda antes do final do congresso esta alteração, já que aquele evento está muito prestigiado.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0068/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0078/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0081/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0096/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0101/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0128/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0315/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0389/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0462/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0593/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s. 0509/2014, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; e 0510/2014, de autoria do deputado Marcos Vieira.

O Sr. deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, temos uma notícia muito boa para Santa Catarina e para o Brasil.

Todos nós sabemos que o Denatran baixou uma resolução exigindo o malfadado simulador às autoescolas em todo o Brasil a partir de julho.

E houve uma grande mobilização em Santa Catarina e no Brasil, inclusive, estive na reunião do Sindemosc, presidida pelo dr. Murilo, sábado, pela manhã, em Balneário Camboriú, e havia uma indignação das autoescolas de Santa Catarina e do Brasil, porque este simulador - e isso está provado cientificamente - não contribui em nada na formação dos condutores e custa R\$ 50 mil para cada autoescola, mais o *software* e o operador.

Na verdade, era um projeto, no meu entendimento, de caça-níquel. E a comissão de Justiça já havia rejeitado o projeto de lei que incluía o simulador no Código de Trânsito. Inclusive, deputado Ana Paula, o deputado Décio Lima foi citado elogiosamente na reunião das autoescolas no sábado pela manhã. E tramita na Câmara dos Deputados um projeto que revoga essa resolução, mas, infelizmente, sr. presidente, no Brasil os Conselhos estão legislando.

Mas ontem, à noite, houve um acordo da bancada do governo com a Presidência da Câmara dos Deputados, e ficou acertado que será revogada essa lei e será opcional a instalação, a aquisição do simulador. E se o governo não tomar uma providência até dia 5, o presidente colocará em pauta o projeto que revogará definitivamente essa lei.

Então, essa é uma grande notícia. Nós havíamos agendado para dia 11 com o Sindemosc um movimento nesta Casa com as autoescolas de Santa Catarina, portanto, não se faz necessário porque o objetivo foi alcançado.

Então, esse evento, essa mobilização aconteceria no dia 11, já havia conversado com a deputada Luciane Carminatti e com alguns deputados, mas acabei de falar com o sindicato desmarcando, suspendendo esse evento, porque ele não se faz necessário, já que a grande mobilização no Brasil inteiro logrou êxito e tiramos mais essa incumbência, essa ação que iria onerar as autoescolas em Santa Catarina e no Brasil. Agora as autoescolas estão mais tranquilas, podem formar os nossos

condutores com mais tranquilidade e com menos custo, sobretudo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Deputado Darci de Matos, parabéns pela mobilização, pelo envolvimento. Aliás, v.exa. já tinha adiantado por telefone o assunto pedindo.

Que bom que a Câmara e a bancada governista tiveram este entendimento, já que o governo federal vai adotar esta medida.

Portanto, é uma conquista que v.exa. tem muito mérito juntamente com outros parlamentares e outras lideranças.

Parabéns a v.exa.!

Srs. deputados, como não há mais oradores inscritos, esta Presidência solicita a v.exas. que permaneçam em plenário porque vamos instalar a 17ª Legislatura do Parlamento Jovem.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, se v.exa me permite, e sei que o senhor é sempre generoso, faz parte dos parlamentares do sul do estado e de Santa Catarina essa generosidade, quero citar a presença do vereador Alois Mikalovicz, da vereadora Djana Paula Matisoski, do PDT, do município de Papanduva e da prefeita mais jovem, mais competente, Ana Paula da Silva, da praia mais bonita do Brasil, Bombinhas.

A Paulinha está aqui nos visitando, acompanhada do vice-prefeito Paulinho, Paulo Henrique Dalago Muller, que também é um líder e atua fortemente na área das autoescolas em Santa Catarina.

Sejam bem-vindos!

Obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Esta Presidência também destaca e agradece a presença de todas as lideranças nominadas pelo nosso querido deputado Darci de Matos.

Srs. deputados e sra. deputada Ana Paula Lima, que ao longo desses anos todos renova, assim como nós a esperança na política, na democracia, no Parlamento, cada vez que chega aqui uma nova turma, uma nova legislatura do Parlamento Jovem.

Deputada Ana Paula Lima, que bom possamos mais uma vez receber esta turma. Ontem, tive a oportunidade de receber na Presidência os oito membros da Mesa Diretora da 17ª Legislatura do Parlamento Jovem. O deputado Eni Voltolini, o deputado Sargento Amauri Soares e o deputado Aldo Schneider lá estavam no momento em que os oito deputados integrantes da Mesa Diretora fizeram o resumo das matérias que vão debater hoje à tarde na sessão plenária do Parlamento Jovem.

E nos chamou a atenção, deputada Ana Paula Lima, que a maioria esmagadora dos projetos, deputado Eni Voltolini, deputado Sargento Amauri Soares, v.exas. que acompanharam, tem como foco principal a preocupação com o ambiente, com a preservação das nascentes da água, com o desenvolvimento sustentável, o que demonstra que há uma consciência crescente, sustentável desses jovens.

O segundo aspecto que considere extremamente positivo, e aí deputado Sargento Amauri Soares, deputado Paulo França, deputado Silvio Dreveck, deputado José Milton Scheffer, deputado Eni Voltolini, deputado Padre Pedro Baldissera e deputado Paulo França: temos que colocar as barbas de molho. Especialmente v.exas. porque na 17ª edição do Parlamento Jovem 65% dos participantes são mulheres. Muito diferente da realidade desta Casa, onde temos apenas 10% da participação feminina.

No Parlamento Jovem deste ano, v.exa. verá daqui a pouco, deputada Dirce Heiderscheidt, que 65% dos deputados eleitos para 17ª Legislatura do Parlamento Jovem são mulheres. E o interessante é que a cada nova edição - e tenho participado sempre até porque dirigi a Escola do Legislativo por seis anos, e gosto muito do programa - há um número crescente de mulheres.

Espero que isso seja um indicativo e uma esperança de que possamos ter mais mulheres se candidatando, concorrendo e se elegendo vereadoras, prefeitas, vice-prefeitas, deputadas estaduais, federais, senadoras, governadoras, como temos a presidente do Brasil, porque, deputado Paulo França, eu também sou dirigente partidário, e v.exas. sabem que não é fácil, deputadas Ana Paula Lima e Dirce Heiderscheidt, para o meu e para qualquer outro partido, deputado Sargento Amauri Soares, v.exa. que também é dirigente deve estar sentido o drama de sensibilizar, convencer, conclamar mulheres a participarem do processo.

Nós devíamos ter sido competentes como dirigentes ao longo do tempo, mas também sabemos que para a mulher a atividade política é ainda mais difícil do que para o homem. Eu dizia ontem para os estudantes que a atividade política tem *glamour* e gera a sensação de que você é o dono do mundo, é o centro das atenções. Parece uma vida de *glamour*, mas na verdade, empreender mandato no dia a dia não é missão fácil e mais difícil ainda para as mulheres, que tem múltiplas atividades. Ter que sair daqui de quinta-feira a segunda-feira para cumprir uma agenda que se empreende no interior, deputado Padre Pedro Baldissera, não é fácil. Alguns pensam, equivocadamente, que o forte do nosso trabalho é estar presente neste Parlamento ou nas comissões. Não é aqui não!

Eu digo sempre, deputado Eni Voltolini, que aqui fisicamente é onde menos se desgasta porque a pedreira mesmo é de quinta-feira a segunda-feira quando se volta para as bases, porque a nossa democracia é representativa e ninguém pode representar bem aquele com quem não convive, deputada Ana Paula Lima.

Por isso, no final de semana temos rodeio, festa, futebol, concentrações populares para sentir e ouvir a população. E se para o homem a jornada já não é fácil, mais difícil ainda é para as mulheres. Estimo a bancada feminina, que é pequena, mas dá uma mão de obra para a Presidência, e procuro sempre atendê-la, porque

vocês realmente merecem a nossa consideração pela dureza que é empreender mandato.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Vou conceder a palavra a v.exa. depois que eles estiverem em plenário até porque v.exa. é a grande defensora, foi quem trouxe esta proposta para a Casa. O deputado Lício Mauro da Silveira, de saudosa memória, foi o primeiro entusiasta. Eu, ao longo daqueles seis anos que presidi a Escola do Legislativo dediquei-me muito, assim como o deputado Gelson Merisio, nosso atual presidente, sob a coordenação da Carla Vieira Pedrozo.

Por isso, peço que ocupem os seus lugares aqui na mesa, pedindo aos queridos deputados Padre Pedro Baldissera e Silvio Dreveck que acompanhem do plenário porque vamos chamar agora a Mesa Diretora da 17ª Edição do Parlamento Jovem. Mesa Diretora esta que será presidida por uma mulher, uma joinvilense, deputado Eni Voltolini.

Portanto, apresento os membros da Mesa Diretora da 17ª Legislatura do Parlamento Jovem. Temos oito integrantes que irão representar as oito mesorregiões de Santa Catarina. Cada mesorregião elege cinco deputados que vezes oito mesorregiões formam os 40 integrantes do nosso Parlamento. Diferente da nossa que são sete integrantes.

Vejam que temos, além da maioria no plenário, também uma maioria de mulheres na Mesa Diretora. São cinco mulheres para três homens apenas. Aqui estão um de cada mesorregião de Santa Catarina e, à tarde, então, vão fazer a sessão plenária.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Antes de declarar empossados os parlamentares jovens, vamos ouvir aquela que é tão entusiasta deste projeto, nossa querida deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, deputado Joares Ponticelli, também gostaria de saudar a coordenadora da Bancada

Feminina, deputada Dirce Heiderscheidt e os demais parlamentares. Uma saudação muito especial à Mesa Diretora da 17ª Legislatura do Parlamento Jovem.

Ouvindo atentamente a sua manifestação, deputado Joares Ponticelli, a nossa luta realmente é para que homens e mulheres participem deste momento tão importante da vida política que vivencia o nosso país. Mas a participação das mulheres ainda é pequena na vida política, porque é algo novo, há um pouquinho mais de 80 anos tivemos o direito a votar e sermos votadas.

Então, é muito jovem ainda! Se quisermos a participação das mulheres teremos que fazer políticas públicas também para que elas possam participar da vida política.

Aqui faço um apelo aos partidos políticos para que dêem as mesmas condições para homens e mulheres disputarem as eleições porque é muito difícil fazer uma campanha eleitoral.

Então, a participação da mulher e de homens é imprescindível. Mas eu sou mais entusiasmada ainda, sr. presidente e jovens aqui presentes, é que a juventude participe deste processo, que meninos e meninas possam participar deste processo, que a juventude entenda que a política é essencial para a nossa vida e que é através dela que fazemos as transformações que tanto sonhamos.

Sou entusiasta, sim, deste projeto do Parlamento Jovem porque esta Casa tem que abrir as portas para que os nossos jovens possam conhecer o que faz um deputado na vida política. E que esta Casa possa também proporcionar a mudança da vida das mulheres catarinenses e que elas possam participar mais deste processo.

Então, parabéns a vocês que tiveram coragem, sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada, de passar pela primeira eleição. Tenho certeza de que todos que passaram por aqui vão ser os futuros deputados e deputadas em Santa Catarina. Parabéns a todos vocês, à Escola do Legislativo e ao sr. presidente, que desde o primeiro momento foi defensor da ideia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito bem, deputada Ana Paula Lima, muito

obrigado. Esta é uma construção da Casa, é um dos melhores programas que a nossa Escola do Legislativo empreendeu exatamente pela renovação de esperança que ele nos dá.

Ontem eu dizia para eles, deputado padre Pedro Baldissera, que na idade deles eu, v.exa. e muitos outros ainda estávamos na roça ou em outras atividades que não nos permitia, nesta idade, sequer compreender como é que se faz a divisão dos poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Mas eles estão tendo uma oportunidade ímpar de ainda na adolescência, na juventude terem a informação, o privilégio de vivenciar esta semana, pois estiveram visitando vários órgãos do governo, gabinetes, viram os gabinetes da Casa, nos observaram aqui no plenário, fizeram algumas críticas até, positivas, que têm que ser feitas e que a gente as recebe com humildade.

Ontem eu dizia para eles aproveitarem bem essa oportunidade, porque eu não tenho nenhuma dúvida de que daqui a alguns anos alguns desses estarão aqui sentados permanentemente por um ou vários mandatos nestas cadeiras ou nas Câmaras de Vereadores, nas prefeituras em órgãos públicos, no Ministério Público, no Judiciário e farão, quando lá chegarem, muito melhor do que nós fazemos, porque nós não tivemos essa oportunidade de aprender na melhor fase da vida, na fase em que a gente mais consegue assimilar as coisas na grande fase do aprendizado. Aproveitem bastante.

Este Poder é muitas vezes incompreendido por alguns setores da sociedade provocado pela grande mídia. Muitas vezes somos apresentados como um Poder que não dá as respostas que a sociedade espera. É verdade que a gente não consegue dar com a agilidade que gostaríamos, mas não é verdade o que alguns dizem que essa é uma Casa que muito consome dos recursos públicos e pouco devolve à sociedade. Saibam que esta Casa, que esse Poder é o grande responsável por sustentar a democracia neste país, porque é a Casa dos diferentes, é a Casa da defesa das ideias, é a Casa dos combates.

Por isso, não haverá uma democracia forte se este Poder, se esta casa não for cada vez mais

fortalecida, mais revigorada e mais defendida. Este aqui é o grande pilar, é o grande sustentador da democracia e vocês precisam fazer esse embate também contra aqueles, deputado Sargento Amauri Soares, que às vezes nos atacam com objetivos outros, porque não conseguem viver com a democracia. Eu não conheço nenhum exemplo de um regime democrático forte sem um Parlamento forte.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, eu estava em dúvida se deveria falar, justamente porque via que v.exa. fazia uma bela explanação introdutória da atividade que vem a seguir.

Mas eu queria, a partir de um aspecto do pronunciamento de v.exa., quando se referiu ao deputado Padre Pedro Baldissera, que aos 15 anos de idade estavam lá na agricultura e não tinham oportunidade, assim como eu e diversos outros deputados que compõem esta casa hoje. Mas eu creio que posso afirmar com certeza que nós tínhamos um costume, uma cultura, uma prática que eu creio que faz bastante falta para os jovens de hoje, que é ler. Eu creio que vocês estão aqui porque têm essa prática, mas precisamos difundir-la no conjunto da juventude.

Quero aproveitar essa oportunidade para dizer que o segredo da vida está nos livros. É preciso dizer que tem modernidade não apenas no computador, na *internet*, pois o segredo da vida está nos livros. Eu creio que o deputado Joares Ponticelli, nosso presidente, nesta idade estava também, além de trabalhar, agarrado a livros. Isso faz toda a diferença na vida da sociedade inteira. Aceitemos as modernidades, que também trazem livros em formato eletrônicos, e procuremos o livro certo, que seja agradável a leitura e que possa inspirar a viver uma sociedade diferente daquela correria cotidiana que talvez não seja a melhor.

Agradeço o aparte e quero dizer aos 40 parlamentares do Parlamento Jovem que aqui estão, para que tenham essa prática que precisa ser difundida para o conjunto da juventude, porque é isso que o nosso país e a sociedade inteira precisa muito. Obrigado pelo aparte e parabéns a todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Eu já sabia que v.exa daria uma boa contribuição e um bom conselho para esses jovens que aqui estão.

O Sr. Deputado Eni Voltolini - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Eni Voltolini.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Sr. presidente, tive ontem três momentos de muita felicidade quando recebíamos todos os 40 parlamentares jovens. Depois nos gabinetes, quando as representações de Mafra e de Joinville lá estiveram, quando pude confirmar aquilo que tinha ouvido lá no seu gabinete, ou seja, a preocupação de jovens com relação ao futuro. As pessoas, às vezes, criam esses chavões, essas frases feitas de que o nosso jovem hoje está desconectado, para nós que já somos daquela geração que adotou a cor da moda ao pintar os cabelos de branco, nada melhor do que poder saber que as coisas estão muito bem encaminhadas. O Parlamento jovem é um desses momentos onde a gente consolida isso e que nos assegura que a verdadeira política tem, sim, um bom caminhar.

Então, a bancada progressista, da qual v.exa. faz parte, sente-se muito feliz e saúda todos os 40 parlamentares e a Mesa Diretora do Parlamento Jovem, desejando-lhes de todo o coração, que possam espalhar pelo estado todo essa boa experiência que alimenta essa boa expectativa que todos nós temos apoiado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Quero destacar que aqui estão os oito membros da Mesa Diretora e nas galerias estão os demais deputados da 17ª Legislatura do Parlamento Jovem.

Agora, sim, esta presidência declara empossados os membros da 17ª Legislatura do Parlamento Jovem e passa a palavra à presidente Suelem, para fazer a convocação para a sessão ordinária da 17ª Legislatura na tarde de hoje.

(Procede-se à convocação.)

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, às 19h, em Blumenau, em homenagem aos Sindicatos Representativos dos Trabalhadores da cidade de Blumenau.

Está encerrada a sessão.